

Conclusão

Nayara Hakime Dutra Oliveira

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

OLIVEIRA, NHD. *Recomeçar: família, filhos e desafios* [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 236 p. ISBN 978-85-7983-036-5. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

CONCLUSÃO

*E por perder-me é que vão me lembrando,
E por desfolhar-me é que não tenho fim.*

Cecília Meireles – Motivo da Rosa

Esse percurso de elaboração da presente pesquisa trouxe reflexões ímpares, que demonstram o cotidiano de ação profissional do assistente social. O tema aqui refletido propiciou fecundo momento de análise sobre a realidade das famílias que vivenciam a separação conjugal.

Diante de todo esse esforço que por aqui não se encerra, podemos afirmar que vale a pena parar e pensar, em vez de somente executar as atividades interventivas no cotidiano de ação profissional.

Revela-se a realidade da instituição que, demasiadamente, demonstra rigidez, estrutura e posicionamento positivista, podendo levar o profissional à alienação em seu trabalho cotidiano. Como bem pontua Martinelli (2005, p.25):

esta compreensão é básica para determinar as vias de ruptura com o processo de alienação que envolve a prática profissional e nutre-se da esperança de que, rompendo com as principais amarras da alienação, o Serviço Social terá condições de produzir novas alternativas

de prática, capazes de se articular às forças que lutam por um novo tempo e uma nova sociedade.

Ao tomar posse da possibilidade de desvendar uma realidade na qual estamos inseridos, é preciso, antes de tudo, estarmos abertos, em primeiro lugar, a nos vermos enquanto sujeitos de nossa própria pesquisa. Como essa atitude de se autoverificar é um desafio, pode causar estranheza no primeiro momento, fazendo que percebamos que não nos conhecemos enquanto profissionais, pessoas, seres humanos. Que realidade é essa que vivenciamos, tão estranha a nós mesmos?

Concomitantemente, podemos afirmar que as inquietações do Serviço Social são diferenciadas e propiciam uma produção teórica capaz de levar-nos a autocrítica, a uma reflexão sobre o próprio agir profissional e sobre as bases teóricas e metodológicas que fundamentam tais ações.

Contra a correnteza, estamos do lado oposto do próprio sistema capitalista de produção, do próprio projeto societário, que, a todo o momento, em nossa ação profissional, traz inúmeros empecilhos, como forma de demonstrar que realmente é preciso a luta cotidiana para conseguir chegar a nossos sonhos concretos de ideais de profissão.

Concretamente, a temática estudada nessa pesquisa possibilitou reflexões acerca da família e as características que a permeiam em nossa sociedade.

Historicamente, a concepção de família foi construída por sua trajetória pela sociedade. Conforme o contexto social e diante de cada época histórica, a família passa a assumir formatos específicos, demonstrando que não é instituição puramente natural, mas contém também características que foram socialmente construídas.

Sendo inserida nessa história socialmente construída, a família também vivencia as manifestações da questão social, que são agravadas pelo monopólio do capital. Após a Revolução Industrial, que nos deixou como herança a divisão do trabalho, profundas mudanças ocorreram na sociedade. A família tem suas relações interiores influenciadas pelas mudanças ocorridas. Transformações estas que

podem ser exemplificadas pelo trabalho da mulher, as mudanças nas relações de trabalho, o crescente número de trabalhos informais, assim como o grande número de desempregados. Sem dúvidas, esse contexto influencia e pode modificar o cotidiano da vida em família.

A família foi se transformando e, apesar da predominância do modelo nuclear na sociedade, atualmente se constitui em diversificadas formas de configurações, que cresceram e já possuem certo reconhecimento perante a sociedade.

A abordagem dessa temática permitiu o aprofundamento no estudo proposto, sobretudo, nos estudos sobre as maneiras pelas quais as famílias estão inseridas na sociedade. A contextualização dessas famílias é importante e pertinente, uma vez que voltam a ser objetos de estudos dos assistentes sociais.

Ao estudar a família na sociedade contemporânea, podemos afirmar que esta se apresenta como espaço de construção e de legitimação das identidades. Ao referirmo-nos à família, contudo, é necessário observar que esta mudou. Não é somente a família configurada no modelo nuclear, tradicional, mas uma família na qual as configurações existentes não impedem que ela continue sendo extremamente importante na sociedade.

Se observarmos os exemplos de famílias que foram sujeitos dessa pesquisa, poderemos constatar que elas se configuravam como famílias monoparentais femininas.

As experiências de estratégias de sobrevivência que essas famílias demonstraram foram pela inserção no mundo do trabalho. O universo do trabalho da mulher possui características peculiares, ímpares.

Pudemos verificar que as mulheres que foram sujeitos dessa pesquisa buscaram o trabalho de formas diversas, sendo somente uma inserida no mercado formal de trabalho, tendo todos os seus direitos de trabalhadora garantidos. Uma delas estava trabalhando como cabeleireira, em seu salão de beleza e a outra estava trabalhando como pespontadeira, em uma banca de pespontos. Vale notar que essas duas últimas atuavam em trabalhos que demandavam tempo para execução e que não tinham horário estabelecido para o término das atividades, podendo gerar excesso de atividades contínuas.

Além desses fatores, precisamos levar em consideração que, ao terminar o expediente do trabalho profissional, a mulher inicia seu outro expediente: o do lar, doméstico, com os cuidados relacionados a casa e à família.

Ao refletirmos sobre a família em nossa sociedade, além dessas mudanças, pudemos pensar sobre os tipos de união existentes. As uniões por casamentos, ou seja, as formais, ainda são predominantes na sociedade e culturalmente aceitas como certas, enquanto os demais tipos de união, em especial o encontrado em nossa pesquisa – a união consensual – retrata o modelo que cresce na sociedade, mas ainda é pouco aceito culturalmente.

Ainda que tenham sido difundidas outras formas de união, pudemos verificar que as mulheres-sujeitos de nossa pesquisa têm receio da união estável. Talvez seja por fatores diversificados, sendo o principal deles o fator filhos. As mães preocupavam-se em saber o que os filhos iriam pensar, como iriam reagir, e temiam que desaprovassem a união.

Nessas reflexões finais, buscamos compreender o porquê das separações existentes, como as famílias vivenciaram esse processo e como estão depois da separação. Entendemos que para o casal ter uma conjugalidade, é preciso que eles estejam abertos a compreender o outro, a dialogar com o outro, a ter momentos de intimidade com o outro, enfim, a partilhar com seu parceiro os momentos de sua vida. O que percebemos é que muitos casais vivem a centralidade de seus casamentos nas realizações de seus filhos, sendo eles as figuras centrais da família. E onde fica a conjugalidade?

É importante verificar que o casal precisa viver essa conjugalidade, entendendo que o início da família se deveu a união de ambos. Os filhos são importantes, mas não devem ser o único objetivo da união. Percebemos que há um desequilíbrio das prioridades da família, em que toda a atenção passa a ser para os filhos. Estes realmente são muito importantes, e pode ser utópico dizer que não são centralidade em uma família. Ocorre que muitos casais se esquecem de si mesmos, voltando toda a atenção para seus filhos.

Essa família, cotidianamente, não consegue ver a si própria. Em meio ao turbilhão de atividades, percebemos que a relação familiar fica desgastada, havendo a necessidade de a própria família repensar seu cotidiano.

Nesse sentido, as separações conjugais são consequências de diversos fatores, como pudemos compreender no capítulo 1 dessa pesquisa, mas a questão do convívio conjugal é um fato relevante dentro da sociedade permeada por mudanças. Essa questão pode ser retratada pelos conflitos conjugais que estão presentes na realidade dos sujeitos da pesquisa. Esses conflitos vão desde desentendimentos cotidianos até agressões mútuas, gerando consequências na vida a dois.

Podemos também refletir sobre o fato de que a decisão de se separar é tomada somente quando não há mais como suportar a vida a dois. Nessa situação, fica complicado planejar o futuro, pois ambos estão com as emoções afloradas. Somente após o término da separação, é que os cônjuges irão poder pensar sobre planejamentos e perspectivas de futuro.

Adentrando na questão da separação, pudemos verificar como a “nova família” se organizou, e quais foram os efeitos da separação, revelados pela pesquisa nos prontuários e também pelas entrevistas realizadas com as mulheres que vivenciaram a separação conjugal.

Conforme José Filho (2007, p.153, destaque do autor),

As famílias estão se deparando com sérios desafios advindos tanto de suas necessidades internas como do seu meio social. À medida que não conseguem soluções adequadas para os desafios, elas expressam suas dificuldades por meio de inúmeros problemas (dificuldade de relacionamento, membros-problema, doenças). A compreensão desses problemas dentro da ótica apontada coloca como fundamental o deslocamento do eixo do atendimento das dificuldades individuais para as familiares.

Acreditamos que é preciso estabelecer um vínculo com as famílias que o Serviço Social atua e não somente com fragmentos de famílias,

ou seja, com representantes dessas famílias, precisamos repensar nossa ação profissional, que, em determinados momentos, tal qual as políticas sociais, encontra-se fragmentada, setorializada, sem perspectivas nem possibilidades de avanços.

Ao prestar atendimento à população usuária, o Serviço Social precisa fazer uma proposta de compreensão da totalidade que envolve aquela demanda. Com relação às famílias, podemos afirmar que, em nossa atuação profissional, ainda temos muito a caminhar, a aprender e a apropriar desse espaço de atuação que é nosso, mas parece que se perdeu ao longo do tempo.

O Serviço Social atua além do visível, além do dizível, pois ele age na realidade concreta, e é nessa realidade que o profissional assistente social está apto a trabalhar. Diante dessa proposta, podemos verificar que a família precisa ser estudada, compreendida, desvendada. Atuando juntamente com outros profissionais, é possível realizar o atendimento em uma perspectiva de totalidade, e não somente com os fragmentos das famílias.

Pudemos verificar, em nossa pesquisa, a importância da atuação do Serviço Social junto ao Direito, no exercício profissional cotidiano. Apesar dessa importância, acreditamos que ainda há muito a ser conquistado, em especial nesse campo específico de pesquisa. O Serviço Social inserido no universo sociojurídico precisa ser compreendido não somente por seus próprios profissionais, mas necessita dar um salto rumo a permitir ser compreendido pelas demais áreas do saber.

As dificuldades cotidianas, tais como: acúmulo de trabalho, falta de pessoal suficiente para a realização das atividades e desafios do relacionamento interdisciplinar, podem ser vistas abertamente no campo pesquisado. Tais empecilhos, todavia, não são suficientes para que a atuação profissional nesse espaço seja desqualificada. Ao contrário, o reconhecimento da população usuária dos serviços prestados é fator que legitima a ação dos profissionais da Unidade Auxiliar Centro Jurídico Social.

A profissão de assistente social vem atuar nas necessidades humanas das famílias, sendo que a realidade das famílias pode ser com-

preendida pelo cotidiano delas próprias. Pudemos compreender os desafios cotidianos do profissional em continuar lutando contra todo o tipo de opressão às pessoas que buscam a assistência. O acesso aos direitos sociais é dificultado por todos os ângulos, e há a necessidade de buscarmos uma reflexão crítica sobre o sistema capitalista e sobre as diversas manifestações da questão social em nossa sociedade. Essa reflexão deve ser realizada conjuntamente com os usuários da assistência social.

Nesse sentido, foi possível realizar a leitura da realidade na qual estamos inseridos, realidade essa em que as garantias dos direitos estão cada vez mais difíceis de serem cumpridas, sendo diretamente afetadas, pelas manifestações da questão social, pelos efeitos da política neoliberal, da globalização e das mudanças ocorridas em nossa sociedade.

Atualmente, podemos verificar que vários fatores vêm contribuindo para exigir soluções do Estado e da sociedade. O que existe é o crescimento nas demandas que necessitam de proteção social do Estado.

A proteção social atual tem o desafio de atender a pobreza, o desemprego, o envelhecimento desamparado, a partilha de responsabilidades, o individualismo, a ineficácia da educação institucional na socialização de crianças e adolescentes, a ineficiência da saúde pública e os desafios postos à segurança pública.

Podemos verificar que alguns equipamentos de serviços públicos não são capazes de prestar atendimento com qualidade a toda demanda, que é visivelmente maior do que as possibilidades de serviços oferecidos. Nesse sentido, as pessoas vêm para a assistência com o pensamento de que é algo caritativo, sem muito valor e que irá ser atendida conforme os demais serviços públicos existentes. Ao depararem com atendimento de qualidade, por profissionais qualificados e que procuram prestar atendimento segundo os ideais das profissões, ficam surpresos com a maneira pela qual são ouvidos, compreendidos e atendidos quanto a suas necessidades.

Nesse contexto, percebemos que a exclusão social no Brasil é vivenciada de maneira mais grave e aguda. Precisamos ter um olhar

crítico para a realidade, considerando nossa capacidade de proposição e elaboração de políticas e programas sociais que atendam os contornos e as especificidades das famílias.

Constatamos que as famílias atendidas pelo Serviço Social estão diante das hipossuficiências materiais e financeiras, além de enfrentar os conflitos cotidianos em suas relações interiores. Algumas vivenciam a agressão verbal, a agressão física e as ameaças constantes, além de conviverem com a drogadição, o alcoolismo e a traição.

Acreditamos que, nesse aspecto, se encontra um dos maiores desafios do profissional de Serviço Social – fazer que as famílias atendidas percebam que, apesar de suas situações de pobreza, exclusão, conflitos, possuem direitos a serem conquistados por elas próprias, buscando os próprios meios de serem obtidos.

Podemos afirmar que o assistente social buscou, durante toda a sua trajetória histórica, a construção de um caminho rumo ao rompimento com o conservadorismo, rumo a construção do projeto profissional que buscasse a liberdade como valor ético central, em uma perspectiva de apoiar a autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais.

Considerar a família enquanto sujeito que vivencia as manifestações da questão social no cotidiano de suas vidas é o ponto de partida para a tentativa de atuação que busca transcender o que está posto, ir além de uma solicitação inicial que a população traz, mas tentar, por meio de nossa ação, desvendar as realidades das famílias com as quais trabalhamos.

Sabemos que os direitos sociais são materializados pelas políticas públicas e que precisamos resistir aos apelos advindos do capital, na busca da sociedade diferenciada, na qual os usuários possam ter acesso real aos direitos sociais.

Todo o avanço que as políticas públicas tiveram durante o decorrer de sua trajetória também reflete no percurso da assistência social, com o diferencial que ela vem sofrendo para definir-se enquanto política pública e superar as características que possui em seu bojo, tais como: a morosidade em sua regulamentação enquanto direito, sua redução da abrangência, a filantropia, as ações de caráter

caritativo e seu caráter compensatório, por meio dos programas de transferência de renda.

Faz-se necessário, no entanto, que os profissionais de Serviço Social continuem despendendo esforços para que a assistência se mantenha enquanto direito, seja pela luta cotidiana, pelos órgãos competentes, seja por meio de sua ação cotidiana, que se legitima enquanto luta pela garantia dos direitos sociais.

Transcendendo o caráter caritativo, podemos verificar que a assistência judiciária é um meio eficaz de garantia de direitos, em especial quando o Serviço Social pode manter uma perspectiva de totalidade, não se restringindo única e exclusivamente à atuação em uma solicitação que o usuário traz para a instituição. É preciso ir além da burocracia dos laudos, relatórios, fichas de estudo socioeconômico, para poder compreender a realidade concreta das pessoas que buscam o Serviço Social no contexto sociojurídico.

Nesse sentido, por meio da pesquisa de campo realizada na Unidade Auxiliar Centro Jurídico Social, pudemos compreender o cotidiano das famílias que solicitaram a separação judicial nos anos de 2004, 2005 e 2006, e todas as contradições existentes dentro desse contexto. Foi possível compreender os objetivos da pesquisa, assim como as causas da separação conjugal, que se demonstraram de variadas formas, e aquelas que se fizeram presentes durante os três anos estudados.

Ao realizarmos a pesquisa nos prontuários, foi possível verificar tanto nos relatórios sociais, quanto nas petições, que as pessoas vivenciavam conflitos profundos em suas relações familiares – com o cônjuge, com seus filhos, entre filhos. Essas pessoas buscavam algo muito além da separação: buscavam, sobretudo, a harmonia familiar, a liberdade e a conquista das condições mínimas de sobrevivência.

Constatamos também que o importante para essas pessoas era resolver a situação conjugal e familiar, entretanto, não queriam mais conflitos do que os que já possuíam nos cotidianos de suas vidas.

Talvez seja por isso que muitos usuários que solicitaram separação desistiram, ou também seja esse o motivo pelo qual essas pessoas adiaram tanto a decisão de separarem, apesar de vivenciarem um

tempo de casamento marcado pela discórdia, desrespeito, desamor e humilhações.

Percebemos que os motivos apresentados pelos solicitantes das ações eram agregados a outros motivos, que eram despertados e aflorados quando a vida em comum já estava insuportável. Tantos motivos, tantas demoras, tantas desculpas, para continuarem a levar a vida do jeito que estavam levando.

Certamente, existe por trás dessa não decisão, dessa renúncia à separação, muitos motivos, sendo que um merece destaque: o fator religião. As pessoas que professavam alguma fé demonstravam em seus relatos apresentados nos relatórios sociais, a preocupação com a mudança do estado civil. Estar separada ou separado ainda ressoa forte na sociedade, especialmente no meio das culturas religiosas.

Há, com certeza, pessoas que não se separavam por motivos totalmente íntimos, como a presença do amor. Questionávamos durante a leitura dos prontuários: que amor é esse capaz de superar as marcas físicas que eram aparentes nas faces daquelas mulheres? Que amor é esse capaz de fazer que a pessoa, mesmo sabendo que o cônjuge está com outra pessoa, que não possui mais nenhuma consideração, ainda continue firme na esperança de que tudo possa mudar um dia? Realmente, ainda temos muitas coisas a aprender sobre o amor. Será esse o amor que não se cansa de amar?

Presente também no cotidiano dos sujeitos da pesquisa, um fator que real e concreto é o socioeconômico. Esse tornava empecilho para a decisão da separação, especialmente quando a mulher que solicitava a separação não estava inserida no mercado de trabalho. Diante das diversas maneiras de abnegação, dentro de uma união, podemos notar que essa é uma das que estão presentes no universo estudado. A mulher que não exerce atividade remunerada fica a mercê do casamento que não está atingindo suas expectativas, mas que se apresenta como segurança econômica. A mulher possui consciência das condições em que se encontra o mundo do trabalho. Sem qualificação, talvez por ter dedicado parte de sua vida aos cuidados do esposo, da casa, dos filhos, a mulher acaba perdendo a idealização da realização profissional, e talvez, da construção de sua própria identi-

dade, que acabou sendo perdida em meio a tantos compromissos com os outros.

É importante refletirmos acerca da condição da mulher nesse contexto – entre o velho e o novo. Podemos afirmar que, para seu universo, essa questão vivenciada da separação pode ser uma experiência carregada de medos em se entregar ao novo, como Brown (2001, p.324, destaque do autor) afirma:

As mulheres, em particular, ao se depararem com a severa ameaça econômica que surge com o divórcio, podem sentir-se oprimidas, mesmo que tenham sido elas a iniciarem o divórcio. O casamento “dela” normalmente é um casamento em que foi entregue pelo pai ao marido para ser cuidada em termos econômicos (Bernard, 1971). Ela foi ensinada a depender do casamento para segurança econômica, intimidade e companheirismo. Para um grande número de mulheres, o final do casamento assinala a primeira vez em que irão viver sozinhas. No entanto, elas são responsáveis por manter a continuidade do lar para os filhos durante um grande tumulto emocional.

Possivelmente, o fator que mais pesou na demora da decisão dos sujeitos da pesquisa em separarem foi os filhos. Muitas das mulheres apresentavam relatos que adiaram a separação por tanto tempo em função do fato de seus filhos serem crianças, pequenos, dependentes. Ficou nítida a preocupação das mães com relação aos filhos no processo de separação. Durante as entrevistas realizadas, todos os sujeitos demonstraram que os filhos são centralidade em suas vidas, presença explícita da força que a maternidade possui.

O processo de entrevistas foi um exercício que permitiu reflexões sobre o tema proposto, em uma horizontalidade de relações com os sujeitos, que, sem dúvida, apesar de poucos, marcaram uma presença expressiva nas conclusões deste trabalho.

Podemos afirmar que os filhos são centralidade para esses sujeitos. Em todos os depoimentos, eles deixaram claro o fato de que seus filhos significam muito em suas vidas. Ambos afirmaram que as perspectivas de futuro dependiam da realidade que estariam viven-

ciando seus filhos, em especial no tocante a uma possível nova união. Afirmaram, também, que dependeriam do “aval” de seus filhos com relação ao novo parceiro, e que este deveria aceitar e respeitar seus filhos e a família.

Nesse aspecto, Brown (2001, p.327) afirma:

Uma vez que as mulheres geralmente consideram seu papel maternal como uma parte vital de sua identidade, particularmente depois do divórcio, isso pode levar à redução do funcionamento também em outras áreas.

Ficou evidente também o fato de que esses sujeitos, marcados pelos acontecimentos que vivenciaram no decorrer de suas histórias, ficaram com receio de constituir uma nova união, justamente pelo fato de não quererem mais viver a experiência de um relacionamento conturbado. Essa questão foi relatada por elas, e o medo de viver as mesmas experiências das uniões anteriores ficou nítido.

As sensações de liberdade e de independência que os sujeitos estão vivenciando atualmente permitem que eles tenham um olhar além daquela realidade anterior, buscando sempre uma visão aberta, ao longo do horizonte, com vistas a um futuro que, embora ainda incerto, parece ser melhor do que o passado aprisionador que os deixava sem perspectivas.

É certo também que cada pessoa vivencia a separação e o processo pós-separação de forma única, de maneira ímpar, conforme o posicionamento de cada um, a história vivenciada, as perspectivas com relação ao futuro, os projetos que possui como meta para a vida. O desencadeamento dessas experiências possui repercussões diferenciadas na vida de cada pessoa.

É necessário adentrarmos no universo da pesquisa para percebermos que o cotidiano tem muito a ser desvendado e pode se revelar de maneiras diferentes, conforme nossa concepção de análise permitir.

Precisamos compreender que a separação não é o fim de uma família, pois ela continua seu caminhar, ainda que assumindo uma configuração diferente. O casal separou-se, a união foi dissolvida,

mas os filhos continuam, a vida continua, a trajetória da família na sociedade ainda continua, mesmo que se apresente inserida em novo contexto, em uma nova configuração e também com novas metas, projetos e sonhos, que podem ser reconstruídos constantemente, no caminhar dessa longa história.

Compreendemos, nesse momento, o porquê dos questionamentos que o orientador nos fazia durante nossas conversas – “você precisa saber qual é sua concepção de família”. Que difícil exercício, como mulher, em uma família nuclear, acreditamos nessa família e, como profissional, acreditamos que o fato de as famílias serem diversificadas em sua configuração não colocam em questão sua importância e seu papel na sociedade. Não há, todavia, como ser mulher de um lado, profissional de outro, pois, afinal, somos tudo o que somos em todos os momentos. E como é difícil ser! Acreditamos plenamente no fato de que, independentemente, da maneira como a família venha a se organizar, a se constituir, a se configurar, uma certeza existe: a de que ela é extremamente importante na construção da sociedade.

Cumpre-nos relatar que no caminhar desse processo, não podíamos deixar de refletir sobre a família, enquanto usuária das políticas sociais e, ao mesmo tempo, enquanto centralidade no discurso dessas políticas. Essas famílias, que vivenciaram o processo de separação, marcado pelo constante cansaço que as políticas sociais ocasionaram em sua história e em sua realidade concreta atual, estão profundamente decepcionadas pelas condições que lhes são dadas para enfrentarem os desafios que lhes são postos.

Nessas condições, permanecem enquanto usuárias do Serviço Social em diversas instâncias que, como profissão, atua diretamente no cotidiano dessa demanda. O exercício de reflexões acerca da ação profissional foi um momento propício para o repensar na ação profissional, desvendando os trabalhos desenvolvidos com a família pelo Serviço Social.

Percebemos que, apesar de obtermos avanços significativos, ainda temos muito a ser conquistado, a ser transformado, pois esse processo é longo, pois implica também mudanças de visões de mundo. Não podemos mais atuar com concepções fechadas e rígidas. É necessário

alargarmos os olhares, pensarmos criticamente sobre a instituição, as situações apresentadas pela população e, sobretudo, sobre nosso próprio agir profissional.

Dentre essas descobertas, pudemos verificar que a presente pesquisa possibilitou enxergar como é a prática do Serviço Social na própria instituição onde desenvolvemos a ação profissional.

Realizar a pesquisa sobre como é desenvolvida nossa própria ação profissional no contexto sociojurídico da Unidade Auxiliar Centro Jurídico Social da Unesp-Franca, foi, sem dúvida, um diferencial desse trabalho, pois apesar de estarmos acostumados a refletir sobre a ação profissional de maneira geral, pudemos perceber que era necessário esmiuçarmos nossa própria ação, e não somente descrevê-la.

Nesse sentido, foi extremamente significativa essa reflexão, pois, o que produzimos no decorrer dessa pesquisa, foi o que realmente acontece no cotidiano da ação profissional do Serviço Social na Unidade Auxiliar.

Foram realizadas muitas reflexões no decorrer desse processo, inclusive com relação aos próprios procedimentos técnicos do Serviço Social na Unidade Auxiliar Centro Jurídico Social. Esse processo pôde ser constituído em propostas de ação profissional para o Serviço Social.

O processo de revisão sobre os avanços e a seriedade com a qual é desenvolvido o trabalho do Serviço Social também foram fatos gratificantes, pois, ao observarmos a metodologia de ação profissional, percebemos que este caminha rumo à efetivação de nosso projeto profissional – o Projeto Ético Político do Serviço Social.

Certamente, esse não é o fim, pois ainda temos um longo caminho a percorrer. Sabemos somente que temos a esperança como amiga e companheira nesses tempos de mudanças e de tantos dissabores. Não podemos deixar de lutar, de sonhar com a possibilidade de mudanças e de colocar nossos projetos e propósitos em prática, em uma perspectiva de inquietação diante das coisas como estão e como são. Coisas que precisam de nossa atenção, de nosso olhar crítico e propositivo, de nossa não acomodação diante das injustiças, de nossa não naturalização diante daquilo que é comum em nosso cotidiano.

Enfim, é preciso ir além! Ir além, com uma convicção: a de que tudo pode ser mudado!

Não finalizamos, apenas deixamos questionamentos e reflexões para serem discutidas, revistas. Iniciamos o caminhar para que esse tenha continuidade, com novo ardor.

Mas pelo pouco que sei de mim, de tudo que fiz, posso me ter por contente, cheguei a servir à vida, me valendo das palavras.

Mas dito seja, de uma vez por todas, que nada faço por literatura, nada tenho a ver com a história, mesmo concisa, das letras brasileiras.

Meu compromisso é com a vida do homem, a quem trato de servir com a arte do poema.

Sei que a poesia é um dom, nasceu comigo. Assim trabalho o meu verso, com buril, plaina, sintaxe.

Não basta ser bom de ofício. Sem amor não se faz arte.

(Thiago de Mello – *Canto do meu Canto*)